

A zona muda das representações sociais sobre gênero e sexualidade

The mute zone of social representations about gender and sexuality

Otávio Calile¹

Resumo: O objetivo deste estudo foi identificar a zona muda das representações sociais sobre gênero e sexualidade construídas por docentes. Procedemos com a investigação sobre a gênese, os conteúdos e a estrutura dessas representações a partir da análise prototípica. A amostra foi composta de 312 docentes de uma unidade federativa brasileira. Os principais resultados dessa pesquisa nos permitem afirmar que os professores representam essas questões a partir dos seguintes elementos do núcleo central: *identidade; igualdade; respeito; naturalidade orientação, homossexualidade, tabu*. Essas evocações em primeira pessoa sugerem um discurso normativo, de aceitação das diferenças e de respeito à diversidade. Entretanto, o estudo da zona muda revelou que os participantes atribuem significados diferentes do grupo, como, por exemplo: *discriminação, religião e desrespeito*. Os resultados adicionais apontam que os participantes consideram que são temáticas passíveis de conflitos e dissensões, classificando o gênero e a sexualidade como escolhas individuais, prescindindo da necessidade de discussão coletiva.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Representações sociais.

Abstract: The objective of this study was to identify the mute zone of social representations about gender and sexuality constructed by teachers. We proceed with the investigation on the genesis, the contents and the structure of these representations from the prototypical analysis. The sample consisted of 312 professors from a Brazilian federative unit. The main results of this research allow us to affirm that teachers represent these issues from the following elements of the central nucleus: *identity; equality; respect; naturalness orientation, homosexuality, taboo*. These first-person evocations suggest a normative discourse, of acceptance of differences and respect for diversity. However, the study of the mute zone revealed that the participants attribute different meanings to the group, such as, for example: *discrimination, religion and disrespect*. The additional results indicate that the participants consider that they are subject to conflicts and dissensions, classifying gender and sexuality as individual choices, disregarding the need for collective discussion.

Keywords: Gender; Sexuality; Social representations.

¹ Doutor em Psicologia, Universidade de Brasília. E-mail: otavio.calile@gmail.com

Introdução

A abordagem das questões sociais sob o ponto de vista do gênero aponta uma relação estreita e dialética entre o ser humano e a sociocultura, seja do ponto de vista das construções pessoais, como da dimensão sociocultural. Assim, realizar pesquisas na área de gênero nos remete a investigar as implicações de se nascer do sexo feminino numa sociedade que divide as pessoas em duas categorias distintas e naturalizadas: ao homem é atribuída à racionalidade e força física e, à mulher, os instintos naturais e a propensão ao cuidado com o outro (Fraser, 2017; Machado, Pena & Caleiro, 2019).

De fato, ao se nascer menina ou menino, a única certeza sustentável desta diferença repousa nas características físicas e biológicas, haja vista que, àquilo que é biologicamente determinado, ou seja, o sexo dos indivíduos, são atribuídos diferentes significados, que fundamentam o que deve ser adequado e inadequado para cada um, definindo e lhes atribuindo diferentes papéis. A mediação desses papéis antagônicos numa sociedade concorrem para a formação da subjetividade das pessoas, tendo como premissa que o plano do funcionamento interno do ser humano não é dado; ele é construído (Fávero, 2010; Smith & Santos, 2017).

O conceito de gênero, ao refutar essas explicações das diferenças ancoradas nos aspectos biológicos, traz à tona a ideia de que essas diferenças são representadas, significadas e valorizadas de acordo com o contexto histórico e social em que estão inseridas. Essa premissa fundamenta uma abordagem que transcende a dimensão biológica e a antinomia reducionista sobre o masculino e o feminino (Araújo, 2016; Rosa, Melo, Boris & Santos, 2016).

Esse binarismo rígido de gênero está no fundamento da *heteronormatividade*, entendida como os processos de construção compulsórios da heterossexualidade nos dispositivos socioculturais. A heteronormatividade sustenta a classificação das pessoas em posições binárias por meio de critérios naturalizados. Rejeita-se, dessa forma, todos os aspectos que se associam à homossexualidade, funcionando como critério para a seleção dos sujeitos que sofrerão discriminações, acarretando profundas decorrências para a vida das pessoas no contexto social, especialmente no contexto escolar (Carvalho & Guizzo, 2016; Andres, Jaeger Goellner, 2015), no âmbito do recorte de classe social (Chacham & Jaime, 2016), nas relações domésticas (Barros, Sani & Santos, 2019; Silva & Oliveira, 2016; Souza & Cintra, 2018), na política (Rocha-Carpiuc & Madeira, 2019; Cândido, Feres Júnior & Campos, 2019; Araújo, 2016) e nas relações de trabalho nas organizações (Fraga, Antunes & Rocha-de-Oliveira, 2020).

No que diz respeito ao âmbito educacional, diversas pesquisas têm sido empreendidas com o intuito de verificar as representações e as práticas sobre gênero e sexualidade nas relações entre os sujeitos na escola (Ciribelli & Rasera, 2019; Souza, Silva & Santos, 2015). No contexto escolar, essas decorrências são evidenciadas no currículo e na mediação dos papéis relativos ao gênero e o ensino das áreas do conhecimento científico na escola, em especial na tendência em se atribuir maior dificuldade das meninas na área da matemática (Calile, 2019).

Na pesquisa de Jeolás e Paulilo (2008) com 67 professores de uma rede pública estadual brasileira, as autoras identificaram representações sociais em que predominam a dicotomia entre inato/adquirido, assim como opção/condição no que se refere à sexualidade e aos papéis de gênero. Essas professoras afirmaram, majoritariamente, que não apresentavam preconceitos dessa ordem e que não tinham alunos homossexuais em suas classes. No entanto, a fala de uma professora ilustra a maneira pela qual as práticas são conduzidas:

“Uma professora disse que, quando trabalhava com educação infantil, teve que pedir ajuda à psicóloga, pois tinha um aluno que só queria brincar com bonecas e se maquiar” (Jeolás & Paulilo, 2008, p. 277).

Por meio de uma pesquisa socioantropológica documental, Brandão e Lopes (2018) mapearam os discursos contrários à abordagem dessa temática pela escola, retratando o receio de que esse trabalho escolar represente um ato disruptivo com relação a valores sociais hegemônicos (Foucault, 2015; Gonini & Ribeiro, 2015; Zerbinati & Bruns, 2016). Assim, o debate sobre gênero e sexualidade no contexto escolar torna-se objeto de disputas acerca de aspectos normativos, ainda que a discussão desses assuntos tenha respaldo em documentos nacionais e internacionais (Sfairs *et al.* 2015; Zanatta, *et al.* (2016); Dornelles & Dal’igna, 2015; Vianna, 2020).

O debate sobre a temática de gênero e sexualidade no âmbito escolar têm sido permeado por interferências de grupos religiosos e conservadores. Com a discussão dos planos de educação estaduais e nacional, a discussão sobre essas questões tem envolvido diversos setores do Estado e da sociedade civil. Devido à pressão dessas alas políticas conservadoras, os termos *gênero* e *orientação sexual* foram suprimidos dos textos dos planos de educação, com justificativa de que devem ser resgatados determinados valores associados aos ideais normativos de sociedade, família e indivíduo (Leite, 2019; Moreira & César, 2019; Kalil & Aguiar, 2016).

Para compreendermos a dinâmica das significações atribuídas a essas temáticas na escola, recorremos à Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici (2012). A TRS toma como ponto de partida a diversidade e a imprevisibilidade de fenômenos, eventos, fatos e pessoas e a decorrente necessidade de se estabelecer protótipos para conferir seguranças às pessoas: “Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável previsível, a partir de tal diversidade” (Moscovici, 2015, p. 79); “mas tornar familiar não é mais do que atribuir um sentido, uma significação, quando justamente tal significação não é óbvia, e sobretudo quando dificilmente se encaixa no conhecimento corrente” (Jesuino, 2014, p. 51).

A especificidade das RS em relação a outras manifestações de saberes comuns vai além do fato de serem formas de conhecimento construídas coletivamente e voltadas para o ser, o estar e o fazer prático. O que as torna singular não é apenas o caráter coletivo de sua produção, mas a função que desempenham, já que orientam comportamentos e permeiam a comunicação grupal (Moscovici, 2015). Criamos RS para ajustar o mundo social que nos cerca e nos organizarmos coerentemente nele, pois “precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que se apresentam” (Jodelet, 2001, p. 17). Para a autora, “representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento ao qual um sujeito se reporta a um objeto”.

As pesquisas sobre temáticas socialmente sensíveis baseadas em auto relato costumam apresentar vieses de desejabilidade social, haja vista que os participantes tendem a apresentar respostas que se aproximam de imagens positivas de si mesmos, de acordo com ideais valorativos que julgam mais pertinentes. Além disso, há conteúdos que integram a consciência dos indivíduos, entretanto não podem ser expressos por eles, por causa da situação social em que se dá a sua produção (Abric, 2003). Por essa razão, na Teoria do Núcleo Central foi desenvolvida a técnica projetiva da zona muda, que se caracteriza pela evidência de representações por meio de estratégias indiretas, visando a revelação de conteúdos que suscetíveis à pressão normativa do grupo (Abric, 2003; Menin, 2006).

Método

Delineamento

Essa pesquisa de caráter quantitativo é dividida em dois estudos articulados: O Estudo 1 aborda as representações sociais em 1ª pessoa, ao passo que o Estudo 2 refere-se às representações sociais por meio da técnica projetiva da zona muda.

Amostra

O estudo foi conduzido com a participação voluntária de professores de Educação Básica de uma unidade federativa brasileira ($n = 312$). A idades dos participantes estão distribuídas da seguinte forma: entre 18 e 30 anos (106 participantes); entre 31 e 40 anos (112 participantes) e entre 40 e 50 anos (94 participantes). Sobre o gênero dos participantes, a amostra é composta por 262 mulheres (84% da amostra) e 49 homens (16% da amostra). A renda dos participantes tem a seguinte composição, tendo como referência a renda média do brasileiro (R\$ 1.226,00. Fonte: IBGE): um pouco abaixo da média (4 participantes); na média (19 participantes); um pouco acima da média (37 participantes); bem acima da média (252 participantes).

Procedimentos

Para a coleta de dados, procedemos com a visita em escolas, a fim de explicarmos o teor da pesquisa e propor a participação voluntária dos participantes. Com a autorização da direção da escola, explicamos aos professores os objetivos da pesquisa, bem como os procedimentos de preenchimento do questionário de evocação. Esclarecemos que a participação é voluntária e que são garantidos o anonimato e o sigilo das informações, além da utilização dos resultados exclusivamente para fins científicos. Após essa explicação coletiva e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), distribuímos os questionários para os docentes que se apresentaram voluntariamente para participar. Todos responderam individualmente, sem qualquer comunicação com seus colegas. Logo após o preenchimento, o pesquisador recolheu os questionários individualmente.

Instrumentos

O questionário de evocação das representações sociais (Estudo 1) possibilitou a associação livre de ideias acerca do termo indutor proposto: *Quais as primeiras palavras ou ideias que lhe vem à cabeça quando você pensa sobre questões de gênero e sexualidade no contexto da escola?* A partir da técnica projetiva, os participantes responderam em seguida o segundo questionário referente à zona muda (Estudo 2) com a seguinte questão: *Quais as primeiras palavras ou ideias que você acha que vem à cabeça dos seus colegas quando eles pensam sobre questões de gênero e sexualidade no contexto da escola?*

Assim, os participantes escreveram, em campo específico de ambos os estudos, as 6 (seis) palavras ou expressões que lhe vieram à mente, classificando-as, em seguida, por ordem de importância, atribuindo o número 1 (um) a palavra mais importante e 6 (seis), a menos importante. Na sequência, os participantes justificaram a escolha da palavra mais importante em um campo aberto. A explicação da palavra que melhor se associa ao termo indutor permitiu qualificar a resposta buscando o seu sentido no contexto das palavras evocadas (Wolter & Wachelke, 2013).

Análise de dados

Foi realizada a Análise Prototípica (Wolter, Wachelke & Naiff, 2016) com a utilização do programa computacional *Iramuteq*. Realizamos as análises de dados textuais, como a classificação hierárquica descendente e análises de similitude (Camargo & Justo, 2013; Castro, Papaleo Koelzer, Camargo, & Barbará, 2014). O procedimento de análise é desenvolvido com base no cálculo da frequência e da ordem média das evocações e da formulação de categorias formadas pela frequência, composições e co-ocorrências.

Por meio da análise prototípica, pudemos estudar a relação objeto-cognema a partir de dois critérios fundamentais de acessibilidade do elemento cognitivo: a frequência e a velocidade da evocação pelos grupos fornecida pela ordem média de importância atribuída à expressão. Esse cálculo é feito por meio da média ponderada dos graus de importância (Wolter, Wachelke & Naiff, 2016). O duplo sistema formado pelos possíveis elementos centrais e periféricos são dados pela identificação da relevância dos elementos associados ao termo indutor. As correspondências entre esses critérios permitem uma análise estrutural das representações, vislumbrando-se o conteúdo e a organização interna.

Várias pesquisas têm sido realizadas majoritariamente por meio de *softwares* para o suporte de análise de conteúdo (Abric, 2003; Allain & Camargo, 2007; Torres & Camargo, 2008; Hochdorn, Faleiros, Valério & Vitelli, 2018; Wolter, Wachelke & Naiff, 2016). Procedemos com a padronização lexicográfica das palavras, a fim de que houvesse maior homogeneidade das frequências, diminuir divergências de conteúdo e evitar prováveis ambiguidades.

Resultados

Os resultados da Análise Pós-Fatorial (AFP) realizada a partir das evocações em 1ª pessoa estão apresentadas na Tabela 1 (Estudo 1), ao passo que os resultados da AFP, oriundos das evocações da zona muda (Estudo 2), estão dispostos na Tabela 2. Os quatro quadrantes representam os conjuntos de cognições, juntamente com a frequência das palavras (F) e a ordem média de evocação (OME). Quanto menor o índice de OME, mais rapidamente o participante lembrou da palavra. Colocamos em parênteses as palavras evocadas, suas frequências e a OME.

O possível núcleo central das representações sociais encontra-se no primeiro quadrante. São cognemas mais conservadores, rígidos e mais duradouros. Por sua estabilidade, são expressões que melhor caracterizam o pensamento social do grupo, dando fundamento aos comportamentos das pessoas (Abric, 2003): “Como o núcleo central dá o sentido à representação, mais tecnicamente é possível afirmar que os elementos periféricos têm sua significação atrelada aos elementos centrais” (Wolter, Wachelke & Naiff, 2016, p. 1142).

Pelos resultados apresentados no primeiro quadrante do Estudo 1, verificamos que os professores representam a temática de gênero e sexualidade a partir dos principais cognemas: *masculino* (25; 2,2); *identidade* (10, 2,3); *igualdade* (25; 2,5); *respeito* (89; 2,8), *naturalidade* (9; 2,8); *feminino* (10; 2,8); *preconceito* (112; 2,8); *orientação* (9; 2,9); *homossexualidade* (13; 2,9), *tabu* (15; 2,9) e *importante* (34; 2,9). Todos os termos citados revelam um discurso normativo de aceitação, respeito e tolerância. Nas seguintes

falas abaixo identificamos que os professores adotam um posicionamento favorável à abordagem das questões de gênero e de sexualidade na escola, contudo, notamos que a defesa desse ponto de vista reside na ideia de que são assuntos que não precisariam ser discutidos, pois dizem respeito à liberdade, às escolhas e ao respeito à diversidade.

– *Independente de concordar ou não com qualquer escolha ou condição, o respeito é fator primordial para a convivência* (P. 227).

– *Aprender a ser remete à liberdade e a responsabilidade é primordial para qualquer vivência respeitosa* (P. 126).

– *O respeito é o caminho mais viável para se tratar toda e qualquer questão social ou educacional. Cada um tem o direito de escolher o que quer para suas vidas e cabe a mim e a você respeitar as escolhas do outro mesmo que você não concorde com elas* (P. 200).

Entretanto, no que se refere à zona muda, podemos notar que os professores atribuem ao seu grupo cognemas com significados distintos daqueles que foram evocados em 1ª pessoa. A partir da projeção para os colegas, os seguintes termos apareceram no núcleo central: *preconceito* (8; 1,13); *homossexualidade* (6; 1,5); *discriminação* (6; 2,3); *religião* (4; 2,0), *desrespeito* (4; 2,7) e *sexo* (4; 2,7). As seguintes falas apontam essa posição:

– *Fala-se que não tem preconceito, mas quando se toca no assunto, começam a surgir piadas e os preconceitos surgem* (P. 1).

– *Falar abertamente sobre sexo ou sobre gênero pode estimular o início ou escolha precoce* (P. 9).

– *A realidade é que os professores não estão preparados para tal papel, pois nem mesmo eles compreendem a evolução da sexualidade e do gênero* (P. 52).

No segundo quadrante – também chamado de segunda periferia – são dispostos os elementos que dizem respeito às transformações das representações ao longo do tempo. São expressões que visam proteger o núcleo central, a fim de que seja mantida a estabilidade do pensamento grupal. Por essa razão, essa zona constitui-se de termos mais flexíveis e vinculados às trocas sociais entre os membros do grupo. Provavelmente, são cognemas que comparecem nas discussões entre os professores nos espaços da escola e na discussão acerca de conflitos que envolvem a temática (Abric, 2003).

A análise do segundo quadrante do Estudo 1 revela que os professores representam as questões de gênero e sexualidade a partir dos seguintes termos: *diversidade* (45; 3,3); *aprendizagem* (14; 3,3); *escolhas* (10; 3,3); *discriminação* (34; 3,4); *dificuldade* (13; 3,4); *debate* (11; 3,5); *medo* (10; 3,6); *despreparo* (10; 3,7); *individualidade* (15; 3,7); *direito* (25; 3,8); *religião* (23; 4,0), *sexo* (15; 4,1); *aceitação* (19; 4,3) e *insegurança* (9; 4,3).

– *As questões de gênero e sexualidade no contexto escolar são tratadas com desdém exemplo alunos homossexuais são constantemente ridicularizados no conselho de classe* (P. 108).

– *De várias formas a questão de gênero e sexualidade é silenciada pelo governo, família escola e professores* (P. 300).

– *Ainda são tabus no contexto escolar, embora os problemas relacionados ao tema sejam recorrentes no cotidiano, inclusive interferindo no processo ensino aprendizagem. Não existe um trabalho efetivo* (P. 258).

No Estudo 2, as evocações do segundo quadrante revelam que essa diversidade na escola ainda causa muita insegurança entre os professores,

por seu caráter de novidade e de ruptura com valores religiosos. Os termos evocados foram: *desconhecimento* (10; 3,6); *pecado* (5; 3,2); *medo* (5; 3,4); *família* (5; 3,6); *intolerância* (4; 3,0); *aceitação* (4; 3,2); *desnecessário* (4; 3,7) e *vergonha* (4; 4,0).

– *Os colegas se sentem constrangidos quando vêem pares do mesmo sexo se abraçando, beijando. Isso é feio! Ridículo! Credo! São algumas palavras que escuto* (P. 187).

– *A maior questão é como abordar esse tema com os alunos. Como? Quando? Porque eu? Esse é o papel da escola? Perguntas como: Agora eu vou ter que dar aula de gênero e sexualidade? Principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. A família aceita isso? Muita insegurança!* (P. 68).

O quadrante inferior esquerdo também é chamado de zona de contraste, pois ali estão as representações mais divergentes, menos articuladas e inconsistentes. Nesse espaço estão dispostos os cognemas evocados por uma menor quantidade de pessoas. Além disso, são termos que representam pontos de vista diferentes, ou seja, os dissensos do grupo acerca da temática em questão. Nas evocações em 1ª pessoa, podemos perceber tal divergência na comparação dos termos que sugerem uma maior aceitação e os termos mais pejorativos e de maior rejeição. Os termos que sugerem uma maior aceitação são: *liberdade de escolha* (4; 1,8); *carinho* (2; 2,0) e *acolhimento* (5; 2,6). Por sua vez, os próximos termos contrastam com os citados anteriormente, apresentando significados pejorativos e de não aceitação: *desnecessário* (2; 1,5); *intromissão* (2; 2,0); *inadequado* (4; 2,0); *moralismo* (2; 2,5); *confusão* (2; 2,5); *absurdo* (3; 2,7); *imposição* (5; 2,8); *pedofilia* (2; 3,0) e *transtorno* (2; 3,0). As próximas falas ilustram esses posicionamentos:

– *Acho que a escola deve pregar e incentivar o respeito a todos os indivíduos, independente de gênero e sexualidade* (P. 66).

– *Cabe à família orientar os filhos, não a escola discutir sexualidade* (P. 74).

No Estudo 2, as evocações também apontam essa divergência, conforme podemos evidenciar nas seguintes justificativas:

– *Alguns conspiracionistas acham que esse tipo de programa tem como ênfase a destruição do modelo tradicional familiar* (P. 306).

– *Também acho que a maioria dos colegas aceita e lida bem com essas questões, embora não seja uma unanimidade* (P. 311).

No quadrante inferior direito encontram-se os termos com o menor número de evocações pelos participantes. São cognemas que representam ideias que estão em negociação nos discursos sociais mais imediatos. No Estudo 1, os elementos mais significativos foram: *heterossexual* (4; 3,3); *inclusão* (8; 3,3); *conflito* (7; 3,3); *biologia* (3; 3,3) e *vergonha* (3; 3,3):

– *Gênero tem sido utilizado de maneira equivocada por grupos como forma de manipulação ideológica* (P. 255).

– *Há uma tendência a não se discutir o assunto ou ignorar questionamentos ainda tratando o assunto com mitos e tabus arcaicos e preconceituosos* (P. 155).

No Estudo 2 figuraram as seguintes expressões: *dificuldade* (3; 4,6); *inversão* (2; 3,5); *pedofilia* (2; 4,0); *política* (2; 4,0); *gênero* (2; 4,5) e *homofobia* (2; 5,0).

– *Querem impor uma ideia e isso é contra a democracia* (P. 254).

– *Observo que a fala mais frequente no ambiente de trabalho, é que esses temas se referem a decisão da família* (P. 56).

Tabela 1: Quadrantes de evocações em 1ª pessoa.

Ordem <3,25			Ordem 3,25 >=		
Palavras	Frequência	Ordem	Palavras	Frequência	Ordem
Masculino	25	2,2	Diversidade	45	3,3
Identidade	10	2,3	Aprendizagem	14	3,3
Igualdade	25	2,5	Escolhas	10	3,3
Respeito	89	2,8	Discriminação	34	3,4
Naturalidade	9	2,8	Dificuldade	13	3,4
Feminino	10	2,8	Debate	11	3,5
Preconceito	112	2,8	Medo	10	3,6
Orientação	9	2,9	Despreparo	10	3,7
Homossexualidade	13	2,9	Individualidade	15	3,7
Tabu	15	2,9	Direito	25	3,8
Importante	34	2,9	Religião	23	4,0
Gênero	42	3,0	Sexo	15	4,1
Liberdade	26	3,0	Aceitação	19	4,3
Violência	24	3,0	Insegurança	9	4,3
Amor	15	3,1			
Tolerância	14	3,1			
Intolerância	20	3,2			
Família	20	3,2			
Conhecimento	75	3,2			F > 9,82
Desconhecimento	54	3,2			F >=9,82

Tabela 2: Quadrantes de evocações da zona muda.

Ordem <2,94			Ordem >= 2,94		
Palavras	Frequência	Ordem	Palavras	Frequência	Ordem
Preconceito	8	1,13	Desconhecimento	10	3,60
Homossexualidade	6	1,50	Pecado	5	3,20
Discriminação	6	2,33	Medo	5	3,40
Religião	4	2,00	Família	5	3,60
Desrespeito	4	2,75	Intolerância	4	3,00
Sexo	14	2,75	Aceitação	4	3,25
			Desnecessário	4	3,75
			Vergonha	4	4,00
F > 3,22					
F >= 3,22					
Palavras	Frequência	Ordem	Palavras	Frequência	Ordem
Despreparo	3	1,0	Dificuldade	3	4,67
Confusão	3	1,67	Indiferença	3	3,00
Perseguição	3	1,67	Estímulo	3	3,00
Proibição	3	2,00	Inversão	2	3,50
Errado	3	2,33	Modernidade	2	3,50
Gay	3	2,33	Julgamento	2	4,00
Violência	3	2,33	Pedofilia	2	4,00

Diversidade	2	2,00	Namoro	2	4,00
Doutrinação	2	2,00	Política	2	4,00
Gravidez	2	2,00	Respeito	2	4,50
Insegurança	2	2,00	Tempo	2	4,50
Preocupação	2	2,00	Apoio	2	4,50
Promiscuidade	2	2,00	Compreensão	2	4,50
			Gênero	2	4,50
			Homofobia	2	5,00
			Machismo	2	5,00

Discussão

Os principais resultados dessa pesquisa nos permitem afirmar que os professores representam as questões de gênero e sexualidade a partir dos seguintes elementos do núcleo central: *masculino, feminino, identidade; igualdade; respeito; naturalidade preconceito, orientação, homossexualidade, tabu e importante*. Esses termos evocados em primeira pessoa sugerem um discurso normativo, de aceitação das diferenças e de respeito à diversidade.

Os resultados adicionais apontam que os participantes revelam insegurança, medo e despreparo para a abordagem desses assuntos no contexto da escola. Como são temáticas passíveis de conflitos e dissensões, os professores classificam o gênero e a sexualidade como escolhas individuais, prescindindo da necessidade de discussão coletiva e interditadas nas discussões escolares. Entretanto, o estudo da zona muda revelou que os participantes atribuem significados diferentes do grupo, como, por exemplo: *discriminação, religião e desrespeito*.

Esses resultados se articulam com investigações anteriores, cujos objetos são semelhantes aos pesquisados em nosso trabalho. Nessa linha, destacamos a pesquisa de Gesser, Oltramari e Panisson (2015), que objetivou identificar as concepções de professores sobre sexualidade, com o pressuposto que tais crenças predizem as práticas pedagógicas. Os resultados das entrevistas revelaram concepções de sexualidade baseadas em discursos preventivistas e heteronormativos. Mesmo entre os professores com posições mais favoráveis à abordagem de gênero, havia a concepção de que o trabalho com esses temas poderiam influenciar as crianças no que diz respeito à sexualidade e à identidade de gênero.

Além disso, os autores também perceberam que, a despeito de tais posicionamentos, os participantes tinham conhecimento dos documentos oficiais curriculares acerca das orientações sobre sexualidade e igualdade de gênero. Do mesmo modo, o trabalho de Madureira e Branco (2015) teve a finalidade de identificar as crenças de professores de educação básica sobre gênero e sexualidade na escola. As respostas indicaram que há um descompasso entre as diretrizes dos currículos acerca da diversidade sexual e de gênero e as práticas dos professores.

A análise das justificativas mostrou que os professores argumentam que não possuem formação adequada para a abordagem dessas temáticas no âmbito de seus trabalhos pedagógicos e nas relações pessoais. Alegações semelhantes foram apontadas na pesquisa de Souza, Silva e Santos (2015), cujo objetivo foi identificar as representações sociais de professores de

educação básica sobre sexualidade. Os participantes apresentaram dúvidas e inseguranças sobre a sexualidade devido à ausência de formação inicial e continuada acerca desses aspectos. A literatura científica tem evidenciado a necessidade de a educação sexual ser tema de formação para professores, psicólogos e outros profissionais, a fim de que possam ter condições instrumentais para compreender e intervir conforme as orientações éticas, científicas e políticas (Silva & Aléssio, 2019; Brandão & Lopes, 2018; Silva & Neves, 2015; Marcon, Prudêncio & Gesser, 2016).

O estudo da zona muda em nosso trabalho revelou que as representações atribuídas ao grupo são diferentes daquelas evocadas em primeira pessoa. No estudo 1, os participantes deram respostas mais normativas, provavelmente com a intenção de evitar comprometerem-se com respostas que vão de encontro com os discursos sociais hegemônicos sobre o tema pesquisado. Esses resultados corroboram a necessidade de se empreender pesquisas acerca de temáticas sensíveis — como gênero e orientação sexual — a partir da zona muda e outros mecanismos que possam captar o que não aparece no discurso dos sujeitos, pois as justificativas dos estudantes para essas respostas são incompatíveis com os resultados positivos apresentados.

É notório que o preconceito contra lésbicas e gays tem adotado um caráter mais dissimulado ou sutil. Assim, a verificação da zona muda das representações sociais sobre sexualidade e gênero apresenta vantagens principalmente em contextos nos quais os respondentes estão altamente motivados para se apresentar a si próprios como não preconceituosos, como por exemplo os estudantes universitários e professores (Silva & Menandro, 2019; Rye & Meaney, 2010).

No trabalho de Andres, Jaeger e Goellner, 2015, as autoras empreenderam um estudo que tinha como objetivo verificar as situações em que questões de gênero e sexualidade estavam presentes nas relações estabelecidas na escola. Os participantes eram estudantes de um curso de licenciatura em Educação Física, assim como suas supervisoras de estágio. Os resultados apontaram que essas temáticas estavam presentes em suas aulas nas representações sobre os corpos de alunos e alunas, nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e nas relações entre os sujeitos na escola. Os participantes afirmaram consensualmente que há deslocamento dos assuntos de gênero e sexualidade para as posições centrais em detrimento das práticas educativas nas aulas de Educação Física, conforme evidenciado também no trabalho de Uchoga e Altmann (2016). Alguns relatos dos participantes mostram como essas questões se apresentam nas diversas situações:

– As questões de gênero aparecem o tempo todo, pois existem meninas com características “masculinas” e meninos com características “femininas”. A sexualidade aparece também, principalmente pela definição dos grupos. Ex: As meninas se juntam para falar dos meninos (Vitor).

– Hoje mesmo uma aluna perguntou por que as meninas desenvolvem seios e os meninos mamilos. Por ela estar no 5º ano, apenas expliquei a relação existente com todos os mamíferos e o sistema de alimentação materno (Augusto).

– Chamaram um menino de gay, aí perguntei se elas sabiam o que significava essa palavra, e qual seria o comportamento desta pessoa, perguntei como sabiam e afirmavam com tanta certeza que o menino era gay. Assim, expliquei a situação que era uma opção sexual – mas contextualizei nos dias de hoje, falei da homofobia (Alex).

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm sido empreendidas com o intuito de identificar as representações, os significados e as práticas sobre gênero e sexualidade nas relações sociais no ambiente escolar (Vencato, Silva & Alvarenga, 2018; Rios & Resadori, 2018). Souza, Silva & Santos, 2015). A pesquisa etnográfica desenvolvida por Bogossian (2017) com educadoras de Educação Infantil mostrou que os papéis de gênero esperados pela sociedade são reforçados tenuamente por meio da repreensão, da piada e do riso.

De forma articulada a essas questões, Ciribelli e Rasesa (2019) empreenderam um estudo cujo objetivo foi compreender as dinâmicas de construção de significados em aspectos biológicos e naturalizados. As autoras perceberam diversas situações em que as construções refinadas de gênero ocorriam no contexto escolar. Por exemplo, quando as professoras foram indagadas sobre a razão pela qual os banheiros femininos e masculinos eram pintados de rosa e azul, elas buscavam minimizar esse dispositivo, relacionando-o a aspectos meramente estéticos. Numa das falas de uma professora, fica evidente a forma pela qual os conflitos baseados em construções de gênero se estabelecem:

O banheiro da sala estava ocupado, aí a criança queria usar o banheiro no lá de fora. Eu falei, “Pode ir”. Ele falou, “Tia, eu não vou! Porque o azul está ocupado”. “Vai no outro” [ela disse], “Não vou no rosa, o rosa é de menina e o azul é de menino” [ele disse]. Então, assim, vem de casa, entendeu? Essas coisas vêm de casa, não adianta a gente... Tentar trabalhar, tentar fazer alguma coisa... A gente passa aqui na escola, chega em casa, o pai ou a mãe passa totalmente diferente, entendeu?

Com relação aos significados produzidos por professores de educação básica em diferentes regiões brasileiras, a revisão sistemática e a meta-análise realizadas por Zerbinati e Bruns (2017) identificaram concepções heteronormativas, de cunho moral, e patologizantes quanto à diversidade afetivo-sexual. As práticas decorrentes de tais concepções revelam-se em abordagens pedagógicas preventivas, de caráter informativo, focadas em promoção da saúde sexual, combate a infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, sendo tais resultados semelhantes aos encontrados em outras investigações (Savegnago, & Arpini, 2018; Santos, Barbato & Delmondez, 2018; Rondón, 2017).

Considerações finais

O empreendimento deste trabalho mostrou que a relevância de pesquisas que visam verificar as representações sociais de gênero e sexualidade no contexto da escola reside na ideia de que ainda persistem valores, atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios nas relações entre as

pessoas na instituição, ainda que políticas públicas igualitárias tenham sido implementadas nos últimos anos. A família e a escola são as duas principais meios socializadoras na contemporaneidade e, por essa razão, a promoção da igualdade passa por essas instituições.

Do mesmo modo, vimos que é fundamental que as temáticas socialmente sensíveis sejam estudadas por metodologias que busquem ir além do simples autorrelato, captando modos sutis de preconceito, que não se revelam facilmente pelas medidas usuais em primeira pessoa. Para isso, o estudo das representações sociais a partir da zona muda revelou-se como um importante meio para a verificação dessas medidas permeadas por discursos sociais que engendram formas de preconceito sutil.

Além disso, é importante considerarmos que a maioria dos participantes da nossa pesquisa foi constituída por mulheres. Estudos que indicam que o gênero é um dos preditores mais robustos do preconceito contra LGBT's. As pesquisas também têm demonstrado que homens e mulheres manifestam níveis distintos de atitudes preconceituosas (Gato, Fontaine, Leme & Leme, 2015). De que forma essas manifestações atitudinais distintas influenciam os resultados de pesquisas dessa natureza?

A conclusão desse trabalho abre caminhos para outras possibilidades de trabalhos que se propõem a investigar questões que não puderam ser respondidas aqui. De que maneira as organizações, incluindo a escola, adotam o profissionalismo como exigência para neutralizar a orientação sexual dos empregados homossexuais? Nesse mesmo sentido, como o preconceito contra homossexuais fundamenta práticas discriminatórias baseada na ideia de exigências profissionais, eficiência e produtividade?

Referências

- Abric, J.-C. (2003). La recherche du noyau central et la zone muette des représentations sociales. In: J.-C. Abric (Org.). *Méthodes d'études des représentations sociales* (pp. 60 – 80). Ramonville, Saint-Agne: Érès.
- Allain, J. M., & Camargo, B. V. (2007). O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar. *Psicologia: teoria e prática*, 9(2), 92–108.
- Alves, R. A., Paveltchuk, F. O., Carvalho, M. R., & Falcone, E. M. O. (2017). Alterando crenças centrais: um relato de caso de homofobia internalizada. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 13(1), 12–19.
- Andres, S. S., Jaeger, A. A., & Goellner, S. V. (2015). Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (UFSM). *Revista da Educação Física/UEM*, 26(2), 167–179.
- Araújo, C. (2016). Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 16(2), e36.
- Barros, I. C., Sani, A., & Santos, L. (2019). Gender and same-sex intimate partner violence: a systematic literature review. *Temas em Psicologia*, 27(1), 127–139.
- Brandão, E. R., & Lopes, R. F. F. (2018). “Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 100–123.
- Bogossian, T. (2017). O treinamento do olhar etnográfico: relações de gênero entre crianças. *Desidades*, 15, 22–33.
- Bonan, C., Araripe, C., Gondim, R., & Kropf, S. (2021). A relevância acadêmica, social e política da produção de conhecimentos sobre mulheres nas ciências e na saúde. *Saúde Debate*, 45, 5–12.

- Calile, O. (2018). A aula de matemática: a didática no masculino e no feminino. *Diaphora*, 7 (2), 38-45.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 27(2), 513-518.
- Candido, M. R., Feres Júnior, J., & Campos, L. A. (2019). Desigualdades na elite da Ciência Política brasileira. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(3), 564-582.
- Carrara, S. (2015). Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, 21, 323-345.
- Carvalho, R. S., & Guizzo, B. S. (2016). Interesse das crianças, pedagogia de projetos e metacognição: a arte de governar a docência na Educação Infantil. *Caderno de Pesquisa*, 23, 212-226.
- Castro, A., Papaleo K., L., Vizeu, B., & Barbará S. B. A. (2014). Representações sociais na internet sobre cotas para negros em universidades federais. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 15(106), 202.
- Chacham, A. S., & Jayme, J. G. (2016). Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: As experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 16(1), e1.
- Ciribelli, C. J. M. & Rasera, E. F. (2019). Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e175599.
- Combs, J. P., Slate, J. R., Moore, G. W., Bustamante, R. M., Onwuegbuzie, A. J., & Edmonson, S. L. (2009). Gender Differences in College Preparedness: A Statewide Study. *The Urban Review*, 42(2), 441-457.
- Crombie, G., Sinclair, N., Silverthorn, N., Byrne, B. M., DuBois, D. L., & Trinneer, A. (2005). Predictors of Young Adolescents' Math Grades and Course En-rollment Intentions: Gender Similarities and Differences. *Sex Roles*, 52(5), 351-367.
- Dornelles, P. G., & Dal'Igna, M. C. (2015). Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. *Educação E Pesquisa*, 41, 1585-1599.
- Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero. Psicobiografia, Sociocultura e Transformações*. Curitiba: Editora UFPR.
- Fraga, A. M., Antunes, E. D., & Rocha-de-Oliveira, S. (2020). The Female and the Male Professional: Gender, Career and Expatriation Interfaces in Trajectory for Female Expatriates. *BBR. Brazilian Business Review*, 17(2), 192-210.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Fraser, N. (2017). Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo. *Ideias*, 8(1), 277-293.
- Gato, J., Fontaine, A. M., Leme, V. B. R., & Leme, A. A. (2015). Homofobia transatlântica: preconceito contra lésbicas e gays em Portugal e no Brasil. *Temas em Psicologia*, 23(3), 701-713.
- Gesser, M., Oltramari, L. C., & Panisson, G. (2015). Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 558-568.
- Gonini, F. A. C., & Ribeiro P. R. M. (2015). A sexualidade e sua construção histórica: alguns apontamentos para educadores que trabalham com educação sexual. In M. B. Jabonero, M. M. Bris, A. M. Arias & J. L. Bizelli. *Miradas diversas de la educación en Iberoamérica* (pp. 265-277). Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- Herek, G. M., & McLemore, K. A. (2013). Sexual Prejudice. *Annual Review of Psychology*, 64, 309-333.
- Heidari, S., Babor, T. F., Castro, P., Tort, S., & Curno, M. (2017). Equidade de sexo e gênero na pesquisa: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 665-676.
- Hochdorn, A.; Faleiros, V. P.; Valerio, P.; Vitelli, R. (2018). Narratives of Transgender People Detained in Prison: The Role Played by the Utterances -Not- (as a Feeling of Hetero - and Auto-rejection) and -Exist- (as a Feeling of Hetero - and Auto-acceptance) for the Construction of a Discursive Self. A Suggestion of Goals and Strategies for Psychological Counseling. *Frontiers in Psychology*, 8, 1-19.
- Jeolás, L. S., & Paulilo, M. A. S. (2008). Representações sociais da homossexualidade entre professores do ensino público: continuidades e rupturas. *Revista Textos & Contextos*, 7 (2), 266-285.
- Jesuino, J. C. (2014). Um conceito encontrado. Em Almeida, A. M. O.; Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A. (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 41-76). Brasília: Tecnopolitik Editora.
- Jodelet, Denise. (2016). A representação: Noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa*, 46(162), 1258-1271.
- Kalil, I. R., & Aguiar, A. C. D. (2016). Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. *Saúde em debate*, 40, 208-223.
- Keller, E. F., (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. *Cadernos Pagu*, 27, 13-34.
- Leite, V. (2019). "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (32), 119-142.
- Louro, G.L. (2013). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Machado, J. S. A., Penna, C. M. M., & Caleiro, R. C. L. (2019). Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. *Saúde Debate*, 43 (123), 1120-1131.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 577-591.
- Marcon, A. N., Prudêncio, L. E. V., & Gesser, M. (2016). Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20 (2), 291-302.
- Menin, M. S. S. (2006). Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (1), 43-52.
- Mizael, T. M., Gomes, A. R., & Marola, P. P. (2019). Conhecimentos de Estudantes de Psicologia sobre Normas de Atuação com Indivíduos LGBTQs. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e182761.
- Moreira, J., & César, M. R. A. (2019). Ideologia de Gênero: uma metodologia de análise. *Educação & Realidade*, 44(4), e86456.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Palma, Y. A., Piason, A. S., Manso, A. G., & Strey, M. N. (2015). Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas em Psicologia*, 23(3), 727-738.
- Reis, C. A. R., & Paraíso, M. A. (2013). A Constituição de Corpos Guerreiros em um Currículo Escolar. *Educação & Realidade*, 38 (4), 1243-1264.
- Rios, R. R., & Resadori, A. H. (2018). Gênero e seus/suas detratores/as: "ideologia de gênero" e violações de direitos humanos. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 622-636.
- Rocha-Carpiuc, C., & Madeira, R. M. (2019). Desigualdade de gênero, internacionalização e trajetórias acadêmicas na Ciência Política: Evidências no Brasil e no Uruguai. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(3), 545-563.
- Rondón, M. A. R. (2017). La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (27), 128-148.
- Rosa, J. M., Boris, G. D. J. B., Melo, A. K., & Santos, M. A. (2016). A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36 (1), 210-223.

- Rye, B. J., & Meaney, G. J. (2010). Self-Defense, Sexism, and Etiological Beliefs: Predictors of Attitudes toward Gay and Lesbian Adoption. *Journal of GLBT Family Studies*, 6, 1-24.
- Santos, A. P., Barbato, S. B., & Delmondez, P. (2018). Polifonia na Produção do Binarismo de Gênero em Brincadeiras na Primeira Infância. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 758-772.
- Savegnago, S. D. O., & Arpini, D. M. (2018). Olhares de mães de grupos populares sobre a educação sexual de filhos adolescentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 08-29.
- Schmitt, G. M. S. et al (2018). *Consequências da gravidez na adolescência: uma sociedade conservadora*. Em Congresso Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, Anápolis. Anápolis: UniEvangélica. pp. 1099-1108.
- Silva, L. E. L., Oliveira, M. L. C. (2016). Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 25(2), 331-342.
- Silva, L. B., Aléssio, R. L. S. (2019). Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 342-365.
- Silva, A. C., Silva, C., Bonfim, J., Lima, L. B., & Mesquita, M. R. (2018). Juventudes, gênero e sexualidade: a ação política dos movimentos sociais. *Revista Polis e Psique*, 8(2), 93-117.
- Silva, O. R. M., & Menandro, M. C. S. (2016). "Lavado e remido pelo sangue do cordeiro": fundamentalismo cristão e a ideologia ex-gay pela ótica da psicologia. In 4º Seminário de Educação e Sexualidades e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. Vitória, ES/Brasil: GEPS.
- Silva, O. R. M., & Menandro, M. C. S. (2019). "Como se produz um homossexual": a origem da homossexualidade na percepção de indivíduos que alegaram ter mudado de identidade sexual. Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 62-78.
- Sfair, S. C., Bittar, M., & Lopes, R. E. (2015). Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. *Saúde e Sociedade*, 24(2), 620-632.
- Smith, A. S. P. O., Santos, J. L. O. (2017). Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. *Direito e Práxis*, 8 (2), 1083-1112.
- Souza, A. A. C., & Cintra, R. B. (2018). Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero. *Revista Bioética*, 26(1), 77-86.
- Souza, L. G. R., & Oliveira, M. A. (2019). A Matemática Como Discurso: uma análise da relação mulher- matemática na obra O Homem Que Calculava, de Malba Tahan. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, 33(64), 871-891. Epub 01 de agosto de 2019.
- Souza, E. D. J., Silva, J. P. D., & Santos, C. (2015). Homofobia na escola: As representações de educadores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 635-647.
- Torres, T. L.; & Camargo, B. V. (2008). Representações sociais da aids e da terapia anti-retro- viral para pessoas vivendo com HIV. *Psicologia: teoria e prática*, 10(1), 64-78.
- Uchoga, L. A. R., & Altmann, H. (2016). Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 38(2), 163-170.
- Vencato, A. P., Silva, R. L., & Alvarenga, R. L. (2018). A educação e o presente instável: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 587-598.
- Vianna, C. (2020). *Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Winkelmann, H., van den Heuvel-Panhuizen, M., & Robitzsch, A. (2008). Gender differences in the mathematics achievements of German primary school students: results from a German large-scale study. *ZDM Mathematics Education*, 40(4), 601-616.
- Wolter, R. P. & Wachelke, J. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(2), 119-129.
- Wolter, R. P., Wachelke, J., & Naiff, D. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1139-1152.
- Zanatta et al (2016). Igualdade de gênero: por que o Brasil vive retrocessos?. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(8), e00089616.
- Zerbinati, João Paulo, & Bruns, Maria Alves de Toledo. (2018). A família de crianças transexuais: o que a literatura científica tem a dizer? *Pensando famílias*, 22(2), 37-51.